



**Discriminando em nome da
religião?
Segregacionistas e
detentores de escravos
também o fizeram.**

Foto acima: Todos os olhares estarão hoje postos no Supremo Tribunal ao ouvir um caso de blockbuster que põe a liberdade religiosa contra as leis anti-discriminação.

Tisa Wenger

05 de dezembro de 2017

Hoje o Supremo Tribunal vai ouvir argumentos num caso de sucesso de bilheteira: Masterpiece Cakeshop Ltd. v. Colorado Civil Rights Commission.

O processo deriva da recusa do proprietário da pastelaria Jack Phillips em criar um bolo de casamento para um casal do mesmo sexo, com o fundamento de que violaria o seu direito à livre expressão e ao livre exercício da religião como cristão evangélico conservador.

A comissão estatal dos direitos civis e os tribunais do Colorado decidiram ambos que os direitos religiosos e de liberdade de expressão de Phillips não superavam o interesse do Estado em promulgar uma lei anti-discriminação. Agora o Supremo Tribunal está pronto para decidir sobre o equilíbrio constitucional entre discriminação e livre exercício, dois valores americanos que na política contemporânea dos EUA parecem estar em constante tensão.

No entanto, embora as questões com que o tribunal se confronta sejam recentes, a maior tensão entre a liberdade religiosa e os direitos civis remonta, na realidade, a muito tempo atrás na história americana. Em batalhas sobre escravatura e segregação racial, a religião e as escrituras foram frequentemente citadas como justificação para a manutenção da desigualdade. Até à era dos direitos civis, as recusas de servir os afro-americanos eram frequentemente camufladas sob o pretexto da liberdade religiosa. Com a mudança das normas sociais, as justificações religiosas para este fanatismo tornaram-se legalmente insustentáveis.

A liberdade religiosa foi tão frequentemente armada nos debates sobre liberdades civis devido ao peso cultural e constitucional que ela carrega. Tais apelos têm o potencial de remodelar os mundos cultural e religioso: fazer com que as convicções políticas e as práticas culturais de um grupo pareçam mais "religiosas", ou mais centrais para a sua religião, do que de outra forma poderiam ter sido. Por esta razão, o âmbito e significado da liberdade religiosa têm sido constantemente contestados ao longo da história americana - pois cada grupo gostaria de usar este valor poderoso para proteger as suas outras crenças. É por

isso que a liberdade religiosa deve ser sempre equilibrada contra outros ideais americanos, para não permitir que ela especinize outros valores profundamente defendidos.

No século XIX, os escravos e os seus simpatizantes defenderam a escravatura apontando a sua presença na Bíblia como prova de que ela se enquadrava no plano de Deus para a ordem social. Também interpretaram histórias bíblicas como as de Caim e Abel e a suposta "maldição de Presunto" como prova de que Deus tinha feito "negros" para serem escravos.

Trovejaram que os abolicionistas estavam a distorcer a Bíblia e a ameaçar a ordem social cristã do Sul. Tais extremistas, argumentaram eles, não tinham o direito de impor a sua própria ortodoxia distorcida e perigosa a todos os outros.

Os líderes proslavianos empregavam a linguagem da liberdade religiosa porque este princípio tinha um valor cultural significativo. Ao fazê-lo, solidificaram (ou mesmo forjaram) a sua própria visão da escravatura como uma preocupação religiosa central.

Foi necessária a Guerra Civil para quebrar a noção, partilhada por muitos brancos do Norte e do Sul, de que a liberdade religiosa era uma razão para evitar acções anti-esclavagistas.

Após o fim da guerra e dos anos de Reconstrução, os sulistas brancos e os nortenhos que queriam restabelecer laços sociais e económicos com eles actualizaram estas ideologias proslacionistas mais antigas para apoiar um regime emergente de segregação racial de Jim Crow. Pregadores, políticos e especialistas desenvolveram uma teologia popular segregacionista que defendia a ordem racial sulista reconstituída como divinamente ordenada: Deus tinha criado as raças separadas e não tinha a intenção de as misturar.

Através do período dos direitos civis e para além dele, esta teologia permitiu apelos segregacionistas à liberdade religiosa - e moldou um distinto cristianismo racial branco no processo. Tal como os seus antecessores da proslavidão, os segregacionistas do século XX argumentaram que o movimento dos direitos civis estava a tentar impor uma ideologia estrangeira, anti-cristã e mesmo comunista que iria destruir a ordem racial cristã do Sul.

Daniel Richberg, um antigo funcionário do New Deal, advertiu em 1948 que a proposta de Lei Federal sobre Práticas Federais de Emprego Justas era de inspiração comunista e destruiria as liberdades individuais de associação e religião. Tal legislação, escreveu ele, forçaria associações que muitos americanos consideravam "repugnantes ... não por causa de qualquer preconceito estreito, mas por causa de ... convicções religiosas profundas". A liberdade religiosa era um valor exclusivamente americano, e estes americanos - cristãos

americanos brancos - não deveriam ser forçados a violar as suas convicções conscienciosas.

De acordo com leituras segregacionistas da Bíblia, os negros eram inferiores aos brancos, amaldiçoados por Deus e naturalmente adequados ao trabalho manual. Exigir aos empregadores brancos que contratassem negros violaria estas convicções religiosas sinceras e ameaçaria mais uma vez destruir a ordem racial estabelecida da nação.

Os êxitos do movimento de direitos civis tornaram a discriminação racial evidente já não defensável, mesmo a coberto da liberdade religiosa. Mas embora fosse forçada à clandestinidade, o fanatismo racial permaneceu muito vivo no cristianismo da América branca.

As academias cristãs privadas espalharam-se por todo o país, permitindo aos cristãos brancos evitarem enviar os seus filhos para as escolas públicas recentemente integradas. Na década de 1970, o IRS decidiu revogar o estatuto de isenção de impostos da Universidade Bob Jones devido ao seu campus racialmente segregado. Como o historiador Randall Balmer descreveu, o novo direito religioso começou a mobilizar-se na década de 1970 especificamente contra esta acção do IRS.

No processo Bob Jones University vs. Estados Unidos, em 1982, o Supremo Tribunal decidiu que a garantia da liberdade religiosa da Primeira Emenda não dava a Bob Jones o direito de reclamar o estatuto de isento de impostos enquanto praticava a discriminação racial. No entanto, a base cultural da supremacia branca permaneceu em grande medida no lugar, uma corrente subterrânea a sufocar as paisagens culturais e religiosas dos Estados Unidos.

Esta corrente tornou possível a muitos evangélicos e católicos brancos apoiarem Donald Trump apesar do seu registo de adultério, alegada violência sexual, profanação e retórica violenta, tudo isto já anteriormente afirmado por cristãos como abominável.

Apoiaram-no, pelo menos em parte, em nome de uma liberdade religiosa que, demasiadas vezes, só se aplica a si próprios.

Jack Phillips e os seus apoiantes afirmam que as suas objecções são de uma ordem diferente - mais fundamental para o cristianismo e para os padrões bíblicos de moralidade - do que os motivos de discriminação racial alguma vez poderiam ter sido. Estas convicções são, sem dúvida, sinceramente mantidas. A centralidade e a sinceridade dos compromissos religiosos são famosamente difíceis de julgar pelos tribunais, mas mesmo que se dê a Phillips o benefício da dúvida, a sinceridade não é suficiente.

Há pouco que distinga a sua reivindicação de liberdade religiosa das dos segregacionistas que argumentaram que não deveriam ser obrigados a contratar, servir ou associar-se aos afro-americanos. Os

cristãos proslacionistas e segregacionistas - juntamente com os seus descendentes no ressurgente movimento da supremacia branca de hoje - professaram tanta sinceridade e tinham uma base tão forte na Bíblia e na tradição cristã como os cristãos que hoje se opõem ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Em suma, a liberdade religiosa não deveria ser concedida com tanto poder. Se uma padaria ou uma agência de adopção pode negar os seus serviços a casais do mesmo sexo por motivos de liberdade religiosa, então o que impede outras empresas e organizações que podem professar sinceramente a supremacia branca cristã de se recusarem a servir afro-americanos ou judeus, como já o fizeram antes?

Se a liberdade religiosa triunfa sobre a igualdade perante a lei, ela proporciona uma "cobertura" que encoraja efectivamente a discriminação. Com a publicidade que casos como o de Phillips recebem, os cristãos professos que, de outra forma, podem não ter pensado muito sobre a orientação sexual, podem também vir a ver como uma obrigação religiosa recusar aos casais do mesmo sexo os seus serviços. Por outras palavras, um tal regime de liberdade religiosa tende a reformular os contornos da consciência para fins discriminatórios.

O reconhecimento disto não nega o princípio constitucional da liberdade religiosa. Aqueles que estão frustrados com a política contemporânea de liberdade religiosa não devem ser tentados a abandoná-la completamente, como alguns da esquerda propuseram recentemente. Esta liberdade continua a ser um ideal americano tão apreciado que qualquer proposta deste tipo seria um não arranque político.

Mais importante ainda, a liberdade religiosa permanece como um instrumento importante para grupos minoritários - judeus, muçulmanos, sikhs, hindus, nativos americanos e mais - que precisam de formas culturalmente sancionadas para defender as suas práticas e identidades comunitárias. Em vez de levantar esta liberdade, aqueles que procuram uma sociedade mais justa deveriam antes reclamá-la e redefini-la de formas mais inclusivas e mais equilibradas.

<https://www.washingtonpost.com/news/made-by-history/wp/2017/12/05/discriminating-in-the-name-of-religion-segregationists-and-slaveholders-did-it-too/>